



DIREITO CIVIL

Questão 1

A respeito da Lei 9.610/1998, assinale a alternativa correta em relação aos direitos autorais:

- a) são de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios as obras por eles simplesmente subvencionadas.
- b) não é titular originário o intérprete da obra fonográfica.
- c) os negócios jurídicos sobre os direitos autorais devem ser interpretados analogicamente.
- d) constitui contrafação a reprodução autorizada de obra sujeita a direito do autor.
- e) a comunicação ao público é o ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, desde que não consista na distribuição de exemplares.

Questão 2

Sobre o bem de família convencional, assinale a alternativa correta:

- a) terceiro não pode instituir bem de família por doação, mas pode por testamento.
- b) consiste em prédio residencial urbano ou rural, com suas pertenças e acessórios, destinando-se em ambos os casos ao domicílio da entidade familiar.
- c) se constitui automaticamente, não se exigindo registro do título no Registro de Imóveis.
- d) pode também abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada exclusivamente na conservação do imóvel.
- e) sua instituição não acarreta a inalienabilidade do bem.

Questão 3

A Lei 13.655/2018 incluiu novas disposições na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Sobre essas normas, assinale a alternativa incorreta.

- a) na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
- b) nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- c) os efeitos da celebração de compromisso entre a Administração Pública e os interessados para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa são produzidos a partir de sua homologação judicial.
- d) as decisões devem indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.



e) a decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição.

Questão 4

Em relação à revogação e à resolução da doação, assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do STJ e os enunciados do CJF.

- a) as causas de ingratidão previstas no Código Civil são analisadas objetivamente, sendo irrelevante a gravidade delas para se justificar a revogação da liberalidade.
- b) a revogação da doação por ingratidão está sujeita à aplicação o prazo prescricional geral decenal.
- c) o rol previsto de causas de revogação da doação por ingratidão deixou de ser taxativo, admitindo, excepcionalmente, outras hipóteses.
- d) a revogação do ato por ingratidão do donatário abrange a calúnia grave em relação ao doador, a cônjuge, ascendente, descendente, ou irmão dele, mas não quanto ao companheiro.
- e) o único legitimado a revogar a doação por ingratidão é o próprio doador, sendo esse um direito intransmissível. Os herdeiros podem continuar na ação já promovida pelo doador falecido, mas pode ser promovida diretamente por eles.

Questão 5

Sobre o procedimento de dúvida previsto na Lei 6.015/1973, assinale a alternativa incorreta:

- a) a dúvida pode ser suscita pelo Oficial do Registro após exigência verbal feita por ele ao interessado inconformado com a requisição.
- b) o titular do serviço notarial ou registral não tem legitimidade para apelar da decisão que dá procedência à dúvida suscitada por ele mesmo.
- c) a dúvida somente é suscitado pelo próprio titular do serviço, sendo vedado ao apresentante do título suscitar a dúvida. Construção pretoriana, porém, permite a chamada “dúvida inversa”.
- d) a decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
- e) d decisão de dúvida cabe apelação, com efeitos devolutivo e suspensivo.

Questão 6

O contrato de seguro é:

- a) de adesão, sempre; aleatório, sempre; solene.
- b) de adesão ou paritário, a depender do caso; aleatório, sempre; meramente consensual.
- c) de adesão ou paritário, a depender do caso; aleatório sempre; solene.



d) de adesão, sempre; aleatório, sempre; solene.

e) de adesão ou paritário, a depender do caso; comutativo ou aleatório, a depender do caso; consensual, mas solene.

Questão 7

A respeito do contrato de agência e distribuição, assinale a alternativa incorreta:

a) todas as despesas com o contrato, salvo estipulação em contrário, ficam a cargo do agente ou distribuidor.

b) em regra, o proponente pode constituir, ao mesmo tempo, mais de um agente, na mesma zona, com idêntica incumbência.

c) o agente ou distribuidor terá direito à remuneração correspondente aos negócios concluídos dentro de sua zona, ainda que sem a sua interferência.

d) se o representante comercial não puder continuar o trabalho por motivo de força maior, terá direito à remuneração correspondente aos serviços realizados.

e) mesmo que dispensado por justa causa, terá o agente direito a ser remunerado pelos serviços úteis prestados ao proponente.

Questão 8

Em relação à caducidade, assinale a alternativa incorreta, de acordo com as disposições do CC/2002, da jurisprudência dominante do STJ e da doutrina majoritária a respeito da matéria:

a) não corre a prescrição entre os companheiros, na constância da união estável.

b) não corre a prescrição contra o menor emancipado.

c) não corre a prescrição contra o militar que estiver a serviço das Forças Armadas em missão de paz.

d) no caso de inquérito policial, a suspensão da prescrição dura apenas o período entre a instauração e o arquivamento do inquérito.

e) desde o termo inicial do desaparecimento, declarado em sentença, não corre a prescrição contra o ausente.

Questão 9

Dada a disciplina do Direito das Coisas, assinale a opção correta:

a) o fundeiro pode cobrar pela transferência da superfície.

b) quando a superfície se extinguir, o superficiário perde o direito ao que construiu ou plantou, em regra.

c) como o uso se limita às necessidades do usuário e de sua família, não se permite ao usuário a percepção dos frutos.

d) não pode o habitante ceder o direito real de habitação a terceiros, a menos que seja gratuitamente.



e) a ausência de consuntibilidade jurídica exigida não anula a garantia real.

Questão 10

O Código Civil Estatui os impedimentos ao casamento e/ou à união estável. Podem manter união estável, de acordo com o Código Civil:

- a) os ascendentes com os descendentes, se o parentesco for meramente socioafetivo.
- b) os afins em linha reta.
- c) as pessoas casadas, separadas de fato, ainda que coabitem com os ex-cônjuges.
- d) o adotado com o filho do adotante.
- e) os colaterais em terceiro grau.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), responda às seguintes perguntas.

Questão 11

Assinale a alternativa incorreta:

- a) O direito à duração razoável do processo já estava previsto expressamente no ordenamento jurídico brasileiro até mesmo antes da Emenda Constitucional n.º 45/2004.
- b) O rol das normas fundamentais do Processo Civil é *numerus apertus*.
- c) A possibilidade de o juiz se retratar das suas decisões que não resolvem o mérito (art. 485, §7º, CPC) é uma concretização do princípio da primazia da decisão de mérito (art. 4º, CPC).
- d) Vigê no Processo Civil o contraditório substancial, que proporciona às partes não só a ciência e reação, mas também a possibilidade de influenciar as decisões do juiz.
- e) De acordo com a teoria substantiva de Ronald Dworkin, os princípios constitucionais são mandados de otimização que devem ser ponderados no caso concreto.

Questão 12

Marque a alternativa correta:

- a) Se não houver conexão, não é possível reunir dois processos, ainda que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente.
- b) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
- c) A competência das ações de divórcio e separação prevista nas alíneas do art. 53, I, do CPC é de foros concorrentes.
- d) Segundo decisão do STJ, não cabe agravo de instrumento contra decisão que reconhece a incompetência.



e) Compete ao Tribunal Regional Federal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de Juizado Especial Federal.

Questão 13

Marque a assertiva correta:

- a) A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais.
- b) Em demandas de saúde contra o Estado da Bahia, este pode chamar ao processo a União, já que se trata de obrigação solidária entre os entes federativos.
- c) A admissão do *amicus curiae* é possível em todas as instâncias, devendo sempre ser uma pessoa jurídica. Da decisão de sua inadmissão cabe recurso.
- d) Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo em que atue em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.
- e) Cabe Habeas Corpus para impugnar decisão judicial que determinou a suspensão de Carteira Nacional de Habilitação – CNH.

Questão 14

Em relação à citação e honorários, assinale a assertiva correta:

- a) A citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa, constitui em mora o devedor, interrompe a prescrição e torna prevento o juízo.
- b) Se o oficial de justiça verificar que o réu que reside em condomínio edilício está se ocultando para não receber a citação, o juiz deverá intimar o funcionário da portaria a informar o citando sobre o dia e o horário que o oficial de justiça retornará para efetuar a citação.
- c) Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte.
- d) Os honorários sucumbenciais, quando omitidos em decisão transitada em julgado, não podem ser cobrados em execução ou em ação própria.
- e) Não são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

Questão 15

Sobre a Tutela Provisória, é correto dizer:

- a) A estabilização da tutela ocorre nos casos de tutela antecipada e cautelar requeridas em caráter antecedente.
- b) O Juiz não pode conceder liminarmente uma tutela de evidência em nenhuma das hipóteses do art. 311, CPC.



- c) A ação de revisão, modificação ou invalidação da decisão estabilizada é de competência originária do Tribunal.
- d) A irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência não impede sua concessão, em se tratando de direito provável, cuja lesão seja irreversível.
- e) Não é possível a estabilização de tutela antecipada antecedente em face da Fazenda Pública.

Questão 16

Aponte a alternativa verdadeira:

- a) O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será, na ação indenizatória, o valor pretendido. Quando pedir reparação por danos morais, é lícito formular pedido genérico.
- b) No procedimento comum, o não comparecimento injustificado do réu à audiência de conciliação ou mediação gera a sua revelia e impõe o pagamento de multa.
- c) Do julgamento parcial antecipado do mérito caberá a interposição de apelação.
- d) O juiz julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula do STJ, STF e do tribunal de justiça sobre direito local. Interposta a apelação, o juiz pode se retratar em 5 (cinco) dias.
- e) O magistrado sempre procede ao saneamento de forma individual, não havendo hipótese de saneamento em cooperação com as partes.

Questão 17

Sobre o tema provas e execução, está correta a seguinte frase:

- a) Aplicar-se-á a distribuição dinâmica do ônus da prova nos casos já previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou excessiva dificuldade de se cumprir o encargo da distribuição legal do ônus da prova ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, desde que por decisão fundamentada.
- b) a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, ainda que pendente o prazo para pagamento voluntário.
- c) o cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á de ofício.
- d) Para que o executado apresente impugnação, transcorridos os 15 (quinze) dias após a intimação para pagamento do débito, é indispensável que proceda à segurança do juízo, a exemplo da penhora prévia.
- e) Não basta o inadimplemento de uma parcela, no todo ou em parte, para decretação da prisão civil prevista no art. 528, § 7º, do CPC.

Questão 18

Com base no Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:



- a) A coisa julgada das questões prejudiciais só pode ser aplicada aos processos iniciados após a vigência do novo Código.
- b) As disposições do CPC/73, relativas ao procedimento sumário e aos procedimentos especiais que forem revogadas aplicar-se-ão às ações propostas e já sentenciadas até o início da vigência do Novo Código de Processo Civil, caso ainda esteja pendente em grau recursal.
- c) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais.
- d) As execuções contra devedor insolvente, em curso ou que venham a ser propostas passam a ser reguladas pelo Novo Código de Processo Civil.
- e) No tema intertemporal, o CPC adotou o sistema puro do isolamento dos atos processuais.

Questão 19

Sobre a execução:

- a) poderá, ainda que já tenha se operado o trânsito em julgado da sentença, ser alegada inexigibilidade da obrigação reconhecida no título, se ele estiver fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo, tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.
- b) A existência de título executivo extrajudicial não é óbice ao ajuizamento de ação condenatória, podendo ainda o credor optar pelo ajuizamento de ação monitória, a despeito da possibilidade de utilização da via executória.
- c) a autocomposição judicial não pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.
- d) Apenas com autorização judicial as penhoras poderão ser realizadas durante as férias forenses.
- e) Da decisão que julga impugnação ao cumprimento de sentença sempre caberá apelação.

Questão 20

Acerca da impugnação às decisões judiciais e tutela coletiva, a assertiva verdadeira é:

- a) É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.
- b) Segundo o STJ, a eficácia das decisões proferidas em ações civis públicas coletivas deve ficar limitada ao território da competência do órgão jurisdicional que prolatou a decisão.
- c) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa não está sujeita ao reexame necessário, uma vez que art. 19 da Lei nº 4.717/65 se aplica apenas para a ação popular.



d) Cabe reclamação ao STF por violação de tese fixada em repercussão geral de modo imediato, independentemente de terem se esgotado todas as instâncias ordinárias antecedentes.

e) Também no novo CPC, prazo recursal em dobro cessa quando resta apenas um dos litisconsortes.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 21

Considere a seguinte situação hipotética: A empresa “X” age no mundo dos negócios comprando créditos de particulares em ações de indenização (pagamentos indevidos) contra várias empresas de telefonia. Tal negócio jurídico é firmado através de contratos de cessão de direitos. Logo, no presente caso em análise, a empresa “X” é cessionária.

Com relação a esse caso, assinale a alternativa correta:

a) A empresa “X” aproveitará a condição de vulnerabilidade em todos esses contratos, visto que, substituindo o consumidor na relação processual, presume-se vulnerável.

b) A empresa “X” aproveitará automaticamente a inversão do ônus da prova em todos os processos que acionar contra as empresas de telefonia, visto sua condição de consumidora.

c) Referidos contratos só poderiam ter sido firmados com a anuência das empresas de telefonia respectivas.

d) A condição de consumidor do cedente não se transfere aos cessionários do contrato, visto que personalíssimas.

e) O pagamento indevido é tratado exclusivamente pelo Código Civil.

Questão 22

Devido a uma irregularidade na exposição de preços, uma loja famosa localizada no Centro de Salvador foi autuada pelo PROCON-BA, situação na qual fora aplicada multa.

Praticamente de forma simultânea, a mesma loja recebeu autuação do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e também teve multa aplicada pela mesma irregularidade na exposição de preços.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) A loja deverá realizar o pagamento de ambas as multas, visto que oriundas de órgãos distintos.

b) Deverá ser instaurado conflito de competência para que seja determinado qual autuação deverá prevalecer, não sendo fator determinante de tal averiguação a competência federativa para legislar sobre a respectiva atividade econômica da loja autuada.

c) A defesa apresentada a uma das autuações já serve automaticamente para a outra, ainda que referentes a órgãos distintos.



- d) Deverá prevalecer a autuação do PROCON-BA, visto que o órgão estadual possui prevalência ao federal nessas situações de conflito por dupla autuação.
- e) O conflito de competência será dirimido pela Secretaria Nacional do Consumidor, que poderá ouvir a Comissão Nacional Permanente de Defesa do Consumidor – CNPDC.

Questão 23

Com base no Código de Defesa do Consumidor e nas principais atividades empresariais e sua relação com o regime jurídico das relações de consumo, é correto afirmar que:

- a) Nos contratos bancários é cabível a revisão de ofício, pelo magistrado, de cláusulas abusivas.
- b) É subjetiva a responsabilidade das instituições financeiras por danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros nas operações bancárias.
- c) Atualmente, considera-se que a multa moratória fixada em contratos bancários deve ser mantida à taxa contratada, ainda que pactuada em taxa superior a 2%.
- d) O fato de o consumidor, ignorando o recall, deixar de levar o veículo para o conserto não isenta o fabricante da obrigação de indenizar.
- e) O plano de saúde é obrigado a divulgar amplamente eventual cláusula contratual que limite o tempo de internação hospitalar, de modo a garantir que o consumidor esteja ciente de sua existência.

Questão 24

Com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) O serviço de “home care” constitui desdobramento do tratamento hospitalar contratualmente previsto que não pode ser limitado pela operadora do plano de saúde e as cláusulas dos contratos de adesão devem ser interpretadas da forma mais favorável ao consumidor.
- b) É obrigatório o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
- c) É abusiva a cobrança de tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa.
- d) É legítima a cobrança da tarifa de água fixada de acordo com as faixas de consumo, independentemente das categorias de usuários.
- e) É legítima a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 25

No ano 2000, diversos países assinaram a Declaração do Milênio, da qual se originaram os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Sete dos oito ODMs têm como



sujeitos de direitos as crianças e os adolescentes e como marco paradigmático a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que reconhece que toda criança tem direito a sobrevivência sadia, desenvolvimento pleno e proteção contra todas formas de discriminação, exploração e abuso.

Quanto ao direito à identidade, à privacidade e à honra da criança, assinale a alternativa correta, com base na Convenção Internacional sobre o Direito das Crianças:

- a) A Convenção prevê o respeito ao direito da criança e a preservação de sua identidade, incluindo a nacionalidade, o nome e as relações familiares, sem ingerência legal ou ilegal.
- b) A Convenção assegura assistência e proteção adequadas, no caso de uma criança ser ilegalmente privada de todos os elementos constitutivos da sua identidade ou de alguns deles, de forma que a sua identidade seja restabelecida o mais rapidamente possível.
- c) Nenhuma criança será objeto de intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou correspondência, bem como contra ofensas ilegais à sua honra e reputação, salvo na situação de acolhimento institucional.
- d) A Convenção garante o registro civil e o direito ao nome e à identidade a toda criança que necessite dos serviços públicos de educação e saúde, no prazo máximo de três anos a contar de seu nascimento.
- e) Os Estados-parte signatários da Convenção acordaram que a educação das crianças se destina tão somente a promover a obediência, o controle e o senso de dever.

Questão 26

Quanto à proteção dos direitos das crianças e adolescentes, julgue as alternativas a seguir e assinale a correta.

- a) No texto da CF, foi conferida, pela primeira vez na história brasileira, prioridade absoluta à criança, tendo-se afirmado sua proteção como dever da família, da sociedade e do Estado. Antes disso, nosso país adotava a doutrina da situação irregular, oficializada pelo Código de Menores de 1979, mas, implicitamente, presente desde o Código de Menores de 1927.
- b) A Convenção sobre o Direito da Criança tem eficácia de norma constitucional, segundo entendimento do STF, tendo em vista que foi aprovado com quórum de emenda constitucional, nas duas casas legislativas.
- c) As Regras de Beijing, as Diretrizes de RIAD e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, não se aplicam ao Brasil, pois não foram formalmente internalizadas em nosso ordenamento jurídico.
- d) Em sede constitucional, o legislador pátrio conferiu eficácia limitada ao texto constitucional, cujos dispositivos careciam de regulamentação específica para a produção de efeitos jurídicos, até a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- e) O Estatuto da Criança e do Adolescente, que adota a doutrina da situação irregular na CF, revogou expressamente a Lei n.º 6.697/1979.

Questão 27



O tema da adoção no Brasil é um grande desafio. Hoje, possuímos mais famílias cadastradas para adoção, do que crianças disponíveis, mesmo diante desse cenário, o número de adoções ainda é reduzido. Isso se deve, em grande medida, pela discrepância entre o perfil da família e o perfil da criança. Enquanto às famílias aguardam crianças de tenra idade, os lares de adoção estão lotados de crianças mais velhas. Isso gera um descompasso aparentemente insolúvel em nosso sistema.

Tendo em vista a adoção, é regra hoje prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente que:

- a) a adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer antes do início ou no curso do procedimento.
- b) para adoção conjunta, é indispensável, no mínimo, que os adotantes sejam ou tenham sido casados civilmente ou que mantenham ou tenham mantido união estável.
- c) se um dos cônjuges ou companheiros adota o filho do outro, são rompidos os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou companheiro do adotante e os respectivos parentes.
- d) o procedimento de adoção internacional pressupõe a intervenção de organismos nacionais e estrangeiros, devidamente credenciados, encarregados de intermediar pedidos adoção internacional.
- e) a guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa do estágio de convivência.

Questão 28

Cada alternativa apresenta uma situação hipotética em torno dos direitos das crianças e dos adolescentes. Analise cada caso e assinale a opção que apresenta respeito às normas do ECA.

- a) Alessandra, de dezesseis anos de idade, viajou desacompanhada para Salvador. Na pousada em que havia feito reserva, os atendentes ligaram para os pais da hóspede para conferir se havia autorização para a hospedagem da adolescente. O check-in foi feito após o consentimento oral.
- b) Júlia, nasceu durante o período em que sua mãe cumpria pena restritiva de liberdade em estabelecimento prisional. Diante disso, não pôde ser amamentada por sua genitora e foi entregue, após o nascimento, aos seus tios, que a mantiveram sob sua guarda até que a mãe cumprisse a reprimenda e recuperasse a liberdade.
- c) Luciano, de treze anos de idade, analfabeto, mudou-se do Paraná para Salvador juntamente com sua família. Em Salvador, sua mãe tentou matriculá-lo em uma escola e foi informada pela direção do estabelecimento que, devido ao fato de o ano letivo estar em curso, a matrícula do adolescente não poderia ser realizada. Diante do ocorrido, a mãe procurou auxílio em um posto de assistência social e o adolescente foi inserido em estágio não remunerado em empresa que ofertava curso de alfabetização.
- d) Laura, de quatorze anos de idade, residente em Salvador, após ter decidido visitar sua madrinha em Fortaleza, viajou desacompanhada em companhia aérea que permitiu o seu embarque independentemente da autorização dos pais.



e) João, de onze anos de idade, foi a uma banca de revistas próxima a sua residência e o dono do estabelecimento permitiu que ele folheasse todas as revistas, inclusive aquelas que continham fotografias pornográficas.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Questão 29

A respeito dos direitos das pessoas com deficiência e dos conceitos estabelecidos pela Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa incorreta:

- a) As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar atendimento psicológico também a seus familiares.
- b) Com a edição do EPD a incapacidade absoluta prevista no Código Civil restringe-se aos menores de dezesseis anos de idade, tendo em vista a exclusão das situações de incapacidade decorrente de deficiência.
- c) O princípio do desenho universal não é aplicável a serviços, mas apenas a produtos e ambientes.
- d) À pessoa com deficiência é garantido atendimento prioritário quando do embarque desembarque de passageiros nos transportes coletivos, na tramitação de ações judiciais e na restituição do imposto de renda, sendo todos estes benefícios extensivos ao seu acompanhante.
- e) O trabalhador rural com deficiência tem direito a um ambiente de trabalho acessível, tendo as mesmas garantias que o trabalhador urbano com deficiência.

Questão 30

No que se refere às previsões expressas na Lei nº 7.853/1989 e no Decreto nº 3.298/99, assinale a alternativa correta.

- a) É garantido a todas as pessoas com deficiência o atendimento domiciliar de saúde, independentemente do grau de limitação.
- b) As ações públicas, coletivas ou individuais, relativas aos interesses das pessoas com deficiência são passíveis de intervenção do Ministério Público, o qual, para resguardar o interesse dessas pessoas, poderá requisitar de qualquer pessoa física ou jurídica informações, exame ou perícia, em prazo não inferior a quinze dias úteis.
- c) Segundo o Decreto, para que uma criança seja reconhecida como deficiente mental — atualmente, deficiente intelectual —, é necessário que ela apresente funcionamento intelectual inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos de idade, e limitação em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades adaptativas: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.
- d) Segundo disciplina o Decreto nº 3.298/1999, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento



prioritário e adequado aos assuntos relacionados à pessoa com deficiência. Nesse sentido, de acordo com o citado diploma legal, a educação do aluno com deficiência deverá se iniciar na educação infantil a partir de cinco anos.

e) Segundo dispõe o art. 36 do Decreto no 3.298/1999, a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada. Em razão disso, a Enterprise S/A, que possui 323 empregados, deverá contratar dois por cento de empregados com deficiência.

DIREITO PENAL

Questão 31

Em relação às disposições legais e ao entendimento dos tribunais superiores sobre aplicação da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) A lei excepcional ou temporária, desde que não decorrido o período de sua duração ou não cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Quanto ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da atividade.
- c) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- d) os crimes cometidos contra a Administração Pública, por quem está a seu serviço, estão sujeitos à lei penal brasileira, por constituírem hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- e) para o Código Penal, a *abolitio criminis* possui natureza jurídica de causa extintiva da tipicidade.

Questão 32

No tocante ao conflito aparente de normas, seus conceitos doutrinários e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, marque a alternativa INCORRETA:

- a) no caso de progressão criminosa em sentido estrito, há o chamado dolo cumulativo, por haver modificação no elemento subjetivo do agente.
- b) o Superior Tribunal de Justiça só aceita a aplicação do princípio da consunção no caso de uma norma mais leve ser absorvida por uma mais grave.
- c) Nelson Hungria prevê que uma das normas funciona como soldado de reserva no âmbito de aplicação do princípio da subsidiariedade.
- d) o princípio da especialidade é o único dos princípios relacionados ao conflito aparente de normas que está previsto expressamente no Código Penal.
- e) a doutrina aponta como princípios para a resolução do conflito aparentes de normas o da especialidade, o da subsidiariedade, o da consunção e o da alternatividade.



Questão 33

Assinale a alternativa INCORRETA sobre os princípios:

- a) O princípio da humanidade é o fundamento da proscrição de penas cruéis no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) Do princípio da intervenção mínima, decorrem o princípio da subsidiariedade e o da coculpabilidade.
- c) O princípio da legalidade possui conteúdo jurídico e político.
- d) A obrigação de reparar o dano e a pena de perdimento de bens são exceções ao princípio da intranscendência da pena.
- e) É inadmissível a aplicação do princípio da insignificância aos crimes e contravenções cometidos contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

Questão 34

Assinale a alternativa correta sobre a teoria do crime:

- a) a teoria bipartida é incompatível com o causalismo, considerando que referida teoria da conduta entendia que o elemento subjetivo era parte integrante da culpabilidade.
- b) Há crimes sem objeto jurídico, mas não há crimes sem objeto material.
- c) No finalismo, o dolo é considerado normativo, por envolver a potencial consciência da ilicitude.
- d) O crime omissivo impróprio pressupõe o dever de agir previsto exclusivamente em lei, em decorrência da reserva legal.
- e) A coação física irresistível exclui a culpabilidade do agente, em virtude da inexigibilidade de conduta diversa.

Questão 35

Sobre a teoria do crime, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Sob o ponto de vista da teoria naturalística do resultado, os crimes podem ser materiais, formais e de mera conduta.
- b) O Código Penal adotou, em relação ao nexos causal, a teoria da equivalência das condições.
- c) Segundo Zaffaroni, a tipicidade deve ser analisada sob uma perspectiva conglobante, abrangendo os aspectos formal, material e a antinormatividade.
- d) A doutrina majoritária entende que nosso Direito Penal acolhe a fase ou teoria da independência ou da autonomia do tipo, em razão de sua compatibilidade com o finalismo.
- e) Segundo a teoria da imputação objetiva, o nexos causal deve ser também jurídico, razão pela qual se considera como antecedente causal a conduta que implique em um risco proibido ao bem jurídico.

Questão 36



Assinale a alternativa correta sobre a culpabilidade:

- a) a teoria psicológico-normativa da culpabilidade é compatível com o finalismo, já que a define como a relação psíquica entre o autor e o resultado, na forma dolosa ou culposa.
- b) a teoria limitada da culpabilidade é compatível com nosso Direito Penal vigente, já que trata as discriminantes putativas decorrentes de erro sobre os pressupostos fáticos como erro de proibição.
- c) A teoria da coculpabilidade às avessas preconiza que o Estado deve compartilhar com os sujeitos excluídos e marginalizados da sociedade parte da responsabilidade pelos atos que se imputam a eles. As condições de vida em que inseridos os membros marginalizados da sociedade limitariam sua liberdade de escolha, tornando a sociedade corresponsável pelos seus atos..
- d) para a averiguação da potencial consciência da ilicitude pelo agente, Mezger defende ser suficiente a valoração paralela na esfera do profano.
- e) A teoria da normalidade das circunstâncias, defendida por Welzel, introduziu na culpabilidade o exame da imputabilidade.

Questão 37

Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a pessoa:

- a) Desde que a qualificadora seja objetiva, é possível a existência de homicídio qualificado-privilegiado, que é considerado crime hediondo pela jurisprudência do STJ.
- b) Incide a qualificadora do homicídio referente ao emprego do veneno mesmo que a vítima saiba do que se trata.
- c) o crime de invasão de dispositivo informático alheio se configura mesmo que ele não esteja conectado à rede de computadores.
- d) não se pune a calúnia contra os mortos.
- e) há causa de aumento de pena no caso de lesão corporal praticada contra filho adotado de policial militar, em razão dessa condição.

Questão 38

Quanto às recentes alterações legislativas efetuadas no Código Penal, assinale a resposta correta:

- a) O crime de estupro terá a pena aumentada de um terço e dois terços se for coletivo, ou seja, praticado mediante o concurso de dois ou mais agentes.
- b) O crime de roubo, se praticado com emprego de arma branca, é majorado.
- c) Se a vítima do crime de estupro for pessoa idosa, incide a agravante genérica.
- d) O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado pode ter como fundamento o número de majorantes que incidem no caso concreto.
- e) Incide majorante no caso de o furto ser praticado com emprego de explosivo ou de artefato análogo que causa perigo comum.



DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 39

Considerando os princípios fundamentais do processo penal e o entendimento dominante dos Tribunais, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da publicidade garante o acesso de todo cidadão aos atos praticados no curso do processo penal. Em razão disso, o advogado do acusado deverá ter ciência imediata da decisão que ordenar interceptação telefônica do cliente, sob pena de prejuízo do princípio do contraditório.
- b) O acusado não é obrigado a produzir prova contra a si mesmo e pode exercer o seu direito ao silêncio, mas na hipótese em que a autoridade judicial constatar que o acusado não responde às perguntas formuladas em juízo, poderá fundamentar sua decisão na confissão ficta.
- c) As diligências realizadas no curso do inquérito policial que não respeitarem o princípio do contraditório serão consideradas nulas, conforme entendimento dominante nos tribunais.
- d) Mesmo que o juiz receba elementos robustos de prova de materialidade e indícios de autoridade não poderá iniciar a ação penal sem que haja provocação da parte (Ministério Público ou querelante) devido ao princípio do juiz natural.
- e) Por desdobramento do princípio do “ne bis in idem”, o agente que numa primeira ação penal tiver sido condenado pela prática de crime de roubo contra uma instituição bancária, não poderá, em uma segunda ação penal, ser condenado pelo roubo dos pertences pessoais do gerente do banco na mesma situação fática.

Questão 40

Assinale a alternativa que aduz o entendimento dos Tribunais Superiores:

- a) A não inclusão de eventuais suspeitos na queixa-crime pelo querelante não configura, por si só, renúncia tácita ao direito de queixa.
- b) Se durante uma interceptação telefônica, ainda que regularmente decretada pela autoridade judicial e realizada conforme os ditames legais e constitucionais, as autoridades que tomarem ciência da prática de outro crime que não estava sendo investigado deverão desentranhar dos autos por se tratar de prova ilícita.
- c) O processo penal poderá ser anulado a pedido do interessado se for verificado que o Delegado de Polícia era suspeito para proceder às investigações no curso de determinado inquérito policial.
- d) É possível a concessão de mandado de segurança impetrado pela vítima para evitar arquivamento de inquérito policial requerido pelo Ministério Público, conforme entendimento do STJ.



e) A ação penal poderá ser instaurada com base exclusivamente em delação anônima, assim como ela pode ser base para a interceptação telefônica ou a busca e apreensão.

Questão 41

Assinale a alternativa correta, sobre transação penal e suspensão condicional do processo:

- a) Segundo jurisprudência atual e majoritária do Superior Tribunal de Justiça, a suspensão condicional do processo constitui um direito subjetivo do acusado.
- b) A suspensão condicional do processo e a transação penal poderão ser aplicadas nos delitos sujeitos à Lei Maria da Penha somente se o acusado não agiu com violência ou grave ameaça.
- c) A transação penal e a suspensão condicional do processo são poderes-deveres do Ministério Público e o seu cumprimento tem como consequência a extinção da punibilidade.
- d) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 faz coisa julgada material. Contudo, se descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- e) A suspensão condicional do processo é aplicável somente às infrações penais de menor potencial ofensivo.

Questão 42

Sobre o instituto do *habeas corpus*:

- a) Se não houver ao menos risco de decretação de prisão, o *habeas corpus* não será a via adequada para combater outro ato constritivo à liberdade.
- b) Diante da manifesta nulidade do processo, é possível a impetração de *habeas corpus* mesmo depois que o acusado já tiver cumprido a pena privativa de liberdade.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a aceitação da proposta de suspensão condicional do processo e sujeição ao período de prova, afetará o interesse de agir caso o beneficiado impetre *habeas corpus*.
- d) o *habeas corpus* está localizado topograficamente no Título que versa sobre Recursos em Geral no Código de Processo Penal, mas não possui natureza recursal.
- e) a pessoa jurídica poderá ser paciente do *habeas corpus* quando for processado pela prática de crime ambiental.

Questão 43

Assinale a alternativa correta:

- a) O flagrante esperado é aquele em que a vítima ou terceiro provoca ou induz o sujeito à prática do fato delituoso, de modo a tornar impossível a sua consumação.



- b) As hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva são autônomas. Basta que uma delas se caracterize para que seja legalmente autorizada a custódia cautelar quando ela for necessária e atender os pressupostos e requisitos do art. 312 do CPP.
- c) Em caso de absolvição de réu que responde o processo preso, a apelação do Ministério Público (buscando a reforma da sentença) impede a imediata soltura. Nessa situação, a liberdade poderá ocorrer mediante despacho liminar do relator no recurso interposto, diante de pedido expresso do acusado.
- d) As pessoas jurídicas não podem figurar no polo passivo da relação processual penal sem que haja paralela imputação da conduta à pessoa física gestora ou administradora responsável pelo dano.
- e) A prorrogação da prisão temporária será automática, quando sua imprescindibilidade for notória para o curso da investigação.

Questão 44

Acerca da ação civil *ex delicto*, é correto afirmar:

- a) Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, fixado pelo juiz na decisão condenatória, sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido.
- b) O ofendido poderá optar por promover a execução, para o efeito da reparação do dano, no juízo cível ou criminal.
- c) A execução da sentença penal condenatória, para efeito da reparação do dano, é ato personalíssimo do ofendido e não se estende aos seus herdeiros.
- d) A ação para ressarcimento do dano não poderá ser proposta no juízo cível contra o autor do crime e o responsável civil enquanto pendente ação penal para apuração dos mesmos fatos.
- e) De acordo com o Código de Processo Penal, a decisão que julga extinta a punibilidade é causa impeditiva da propositura da ação civil.

Questão 45

Julgue os itens a seguir e encontre a alternativa correta:

- a) Quando houver processo em curso, a nova lei processual penal será aplicada imediatamente, mantendo-se os atos praticados sob a égide da lei anterior.
- b) A autoridade policial poderá determinar o arquivamento do inquérito apenas quando a ausência de justa causa for manifesta e indubitável.
- c) Quando o inquérito for arquivado por falta de fundamentos para a denúncia, a autoridade policial não poderá dar continuidade à investigação se tiver notícia de outras provas.



d) O uso de algemas é excepcional, mas poderá ser usado caso a pessoa resista à prisão em flagrante, ainda que a mulher esteja em estado de puerpério imediato porque, caso contrário, o flagrante não subsistirá.

e) O inquérito policial é procedimento indeclinável e necessário para a propositura da ação penal.

Questão 46

Assinale a alternativa correta:

a) Em regra, não se admite revisão criminal antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, salvo quando o apenado estiver preso provisoriamente.

b) Contra a decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional caberá recurso em sentido estrito.

c) Em nenhuma hipótese será possível recorrer de decisão absolutória, sob pena de afetação dos princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

d) Não é possível que o magistrado exerça juízo de retratação após interposição do recurso em sentido estrito.

e) Caberá o recurso de apelação contra decisão que rejeita a denúncia no procedimento sumaríssimo perante os Juizados Especiais Criminais.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Questão 47

Acerca do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

a) O delito de lesão corporal culposa é de ação penal pública condicionada à representação se o agente estiver sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa;

b) O valor pago como multa reparatória em favor da vítima de crime de trânsito é descontado da indenização civil do dano. Além do mais, é correto dizer que a multa reparatória abrange tanto o prejuízo material como o dano moral.

c) É circunstância agravante ter o condutor do veículo permissão para dirigir ou carteira de habilitação de categoria diferente do veículo;

d) Da decisão que, em sede de medida cautelar, decretar a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, é cabível mandado de segurança.

e) Ao condutor do veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, se prestar pronto e integral socorro à vítima. Na espécie, é cabível tão somente a exigência de fiança.

Questão 48

Acerca da Lei nº 8072/90, assinale a alternativa correta. Parte superior do formulário



- a) Com exceção do delito de genocídio, os demais crimes hediondos estão previstos no Código Penal.
- b) De acordo com o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal, o delito de tráfico privilegiado de drogas equipara-se aos crimes hediondos, sofrendo os rigores da Lei nº 8072/90.
- c) A progressão de regime, no caso dos condenados por crimes hediondos, dar-se após o cumprimento de 2/5 da pena, se o apenado for primário, e de 2/3, se reincidente.
- d) Nos crimes hediondos, a prisão temporária poderá ter como prazo máximo 20 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- e) A União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública.

Questão 49

Acerca da Lei 9296/96 (Lei de Interceptação Telefônica), assinale a alternativa correta.

- a) O prazo de 15 dias da execução da interceptação telefônica tem como termo inicial a data da decisão judicial, ainda que a data de execução dessa medida seja posterior.
- b) Durante a fase investigativa, a autoridade policial pode apresentar representação ao juiz para a interceptação telefônica. Já o Ministério Público pode requer a interceptação telefônica apenas no decorrer da persecução penal judicial.
- c) A interceptação telefônica é admitida em qualquer infração penal, desde que a ela seja cominada pela privativa de liberdade.
- d) A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- e) configura contravenção penal a realização de interceptação telefônica sem autorização judicial.

Questão 50

Com relação à Lei 12694/12, diploma legal que versa sobre a formação de órgão colegiado para julgamento de atos processuais envolvendo crimes cometidos por organização criminosa, assinale a alternativa correta.

- a) O colegiado será formado pelo juiz do processo e por 2 (dois) outros juízes escolhidos de uma tabela previamente estipulada pelo Tribunal de Justiça dentre aqueles de qualquer Vara situados naquela circunscrição territorial em exercício no primeiro grau de jurisdição.
- b) Não é possível a formação desse órgão colegiado para julgar incidentes em sede de execução penal.
- c) As decisões do colegiado, devidamente fundamentada e firmadas, sem exceção, por todos os seus integrantes, serão publicadas sem qualquer referência a voto divergente de qualquer membro.



- d) A decisão de instaurar esse órgão colegiado advém de deliberação do Corregedor, após prévia provocação do juiz natural do processo.
- e) Todas as reuniões do colegiado serão públicas.

Questão 51

Em sede de execução penal, após acolher pedido da Defensoria Pública Estadual, o magistrado concedeu ao reeducando o benefício do livramento condicional. Inconformado com esse desfecho, o Ministério Público almeja a reforma dessa decisão. Para tanto, o promotor de Justiça deverá se valer do seguinte instrumento jurídico:

- a) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias;
- b) Recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias;
- c) Agravo em execução, no prazo de 05 dias;
- d) Agravo em execução, no prazo de 10 dias;
- e) Mandado de segurança, no prazo de 120 dias;

Questão 52

Acerca da Lei nº 9099/95, assinale a alternativa correta. Parte superior do formulário

- a) São inseridos no rol das infrações de menor potencial ofensivo apenas os delitos a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- b) Da sentença que homologa a transação penal é cabível recurso em sentido estrito, sem efeito suspensivo.
- c) A decisão homologatória da transação penal, por não fazer coisa julgada material, admite que o Ministério Público promova denúncia ou requirite a instauração de inquérito caso haja o descumprimento das cláusulas do acordo.
- d) Nos Juizados Especiais Criminais, o Ministério Público pode, de imediato, oferecer denúncia oral, se não existir necessidade de diligências imprescindíveis, porém os embargos declaratórios são admissíveis apenas por meio escrito, no prazo de 05 dias, contados da ciência da decisão.
- e) É cabível a interposição de recurso especial das decisões proferidas pelas Turmas Recursais.

Questão 53

Acerca da colaboração premiada prevista na Lei 12850/13, assinale a alternativa incorreta. Parte superior do formulário

- a) O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.



- b) Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações do agente colaborador.
- c) É direito do colaborador cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados.
- d) Em sede inquisitorial, os atos de negociação entre o colaborador e o Delegado de Polícia pode ser efetuado sem a presença de advogado.
- e) A colaboração premiada pode ocorrer após a sentença condenatória, ocasião em que o agente pode ter redução de metade da pena imposta ou progredir de regime carcerário ainda que ausentes o requisito objetivo descrito em lei.

Questão 54

Levando em conta o entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça no tocante ao temário violência doméstica e familiar contra a mulher, assinale a alternativa incorreta.

- a) A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.
- b) A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada à representação.
- c) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.
- d) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticadas contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- e) Para configuração da violência doméstica e familiar prevista no artigo 5º da lei 11.340/2006, lei Maria da Penha, não se exige a coabitação entre autor e vítima.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 55

Com relação aos elementos da Constituição, à aplicabilidade e à interpretação das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- a) O método hermenêutico clássico de interpretação constitucional concebe a interpretação como uma atividade puramente técnica de conhecimento do texto constitucional e preconiza que o intérprete da Constituição deve se restringir a buscar o sentido da norma e por ele se guiar na sua aplicação, sem formular juízos de valor ou desempenhar atividade criativa.
- b) Os elementos de estabilização constitucional consubstanciam-se nas normas que regulam a estrutura do Estado e do poder, a segurança pública e as Forças Armadas.



c) O preâmbulo da CF e as disposições constitucionais transitórias constituem exemplos de elementos limitativos, que restringem a atuação do legislador constituinte derivado e dos titulares do poder estatal.

d) Apenas os dispositivos que versam sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, por possuírem todos os elementos necessários à sua executoriedade direta e integral, podem ser considerados normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata.

Questão 56

Em relação aos instrumentos de tutela dos direitos e garantias constitucionais, assinale a opção correta.

a) Entre as pessoas jurídicas, somente aquelas regidas pelo direito público podem figurar como sujeitos passivos da ação de habeas data.

b) O mandado de segurança pode ser impetrado contra ilegalidade ou abuso de poder apenas no caso de esses atos serem praticados por autoridade pública no exercício de função de natureza estatal.

c) Tanto o cidadão quanto o MP dispõem de legitimidade para ajuizar ação popular, cuja proposição está condicionada à ocorrência de lesão ao patrimônio público causada por ilegalidade ou imoralidade.

d) Embora não possa figurar como paciente na ação de habeas corpus, a pessoa jurídica dispõe de legitimidade para ajuizá-lo em favor de pessoa física.

Questão 57

Com base na previsão do artigo 22, assinale a alternativa que contém competência legislativa privativa da União.

a) Instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

b) Definir diretrizes e bases da educação nacional.

c) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

d) Elaborar diretrizes para o desenvolvimento urbano.

e) Determinar princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação.

Questão 58

A respeito da ordem e dos direitos sociais previstos na CF, assinale a opção correta.

a) É constitucional norma que obriga escolas privadas a oferecer atendimento adequado a pessoas com deficiência, vedado o repasse do custo financeiro da adaptação às mensalidades escolares.

b) Segundo o STF, a liberdade de expressão e informação asseguradas na CF é compatível com a criação, pelo Estado, de um conselho de regulação e fiscalização da profissão jornalística.



c) Em virtude da proibição constitucional da comercialização de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante, o STF entende ser inconstitucional lei estadual que concede meia-entrada aos doadores regulares de sangue.

d) Em razão do princípio da reserva do possível, não cabe ao Poder Judiciário determinar a construção de creches e pré-escolas pelos municípios. Acerca da organização administrativa, da administração pública e da ordem social, assinale a opção correta considerando a jurisprudência do STF.

Questão 59

O juiz constitucional já não interpreta, no processo constitucional, de forma isolada: muitos são os participantes do processo; as formas de participação se ampliam acentuadamente. Os instrumentos de informação dos juízes constitucionais — não apesar, mas em razão da própria vinculação à lei — devem ser ampliados e aperfeiçoados, especialmente no que se refere às formas gradativas de participação e à própria possibilidade de participação no processo constitucional (especialmente nas audiências e nas “intervenções”). Devem ser desenvolvidas novas formas de participação das potências públicas pluralistas como intérpretes em sentido amplo da Constituição. Peter Häberle. *Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2000, p. 47-8 (com adaptações). Tendo o texto precedente como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos modelos e dos diversos instrumentos de controle de constitucionalidade do ordenamento jurídico brasileiro.

a) Será constitucional o processo legislativo em que assembleia legislativa aprove lei com idêntico conteúdo de norma declarada inconstitucional pelo STF em sede de controle abstrato.

b) Admite-se o ingresso do amicus curiae em mandado de segurança no STF, desde que o litígio verse sobre a constitucionalidade de ato normativo de interesse geral.

c) O STF admite a declaração de inconstitucionalidade em ACP, cuja sentença produz efeitos erga omnes.

d) No procedimento das ações diretas de inconstitucionalidade, o STF tem admitido a interposição de embargos de declaração por terceiros.

Questão 60

Levando em consideração as normas estabelecidas no Título III, sobre a organização político-administrativa do Estado, assinale a alternativa correta.

a) A União é competente para legislar privativamente sobre populações indígenas, porém os Estados podem legislar sobre questões específicas dessa matéria quando autorizados por Lei complementar.

b) O mar territorial, os terrenos de marinha e seus acrescidos, bem como as ilhas fluviais e lacustres, as praias marítimas e as ilhas oceânicas pertencem exclusivamente à União.



c) A determinação de que os Estados se organizem e sejam regidos pelas Constituições e leis que adotarem caracteriza esses entes federativos como autônomos e detentores de poder constituinte originário.

d) A subdivisão de Estados para se anexarem a outros ou para formarem novos Estados depende de aprovação da população diretamente interessada, mediante referendo, e do Congresso Nacional, por meio de lei.

Questão 61

De acordo com o regime constitucional brasileiro, assinale a opção correta.

a) É vedado aos juízes receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, com exceção dos casos previstos em lei.

b) É vedado aos juízes exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

c) É vedado aos juízes exercer outro cargo ou função, com exceção do magistério, salvo se estiverem em disponibilidade.

d) É vedado aos juízes dedicar-se à atividade político- -partidária, salvo se for em Estado ou Região distinta daquela onde exerce a magistratura.

Questão 62

A respeito do controle de constitucionalidade no direito brasileiro, pode-se afirmar que a arguição de descumprimento de preceito fundamental

a) é admissível ainda que haja qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

b) não se presta ao questionamento de atos normativos anteriores à Constituição Federal.

c) incidental prescinde do requisito da relevância da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo questionado.

d) pode servir para contrastar atos normativos, atos administrativos e atos jurisdicionais.

Questão 63

NÃO é cabível reclamação, perante o Supremo Tribunal Federal, em face de

a) decisão judicial de primeira instância que, em decorrência da não realização de depósito prévio para garantia do juízo, julga extinta, sem resolução de mérito, ação judicial em que se discuta a exigibilidade de crédito tributário.

b) decisão de Ministro de Estado que nega conhecimento a recurso administrativo, em sede de processo administrativo no âmbito do Ministério, em função do não atendimento à exigência de realização de depósito prévio em dinheiro como requisito de admissibilidade recursal.

c) ato de Reitoria de Universidade Pública que estabelece a cobrança de taxa de matrícula para os ingressantes que tenham cursado o ensino médio em instituição particular.

d) lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área do Município.



Questão 64

Ao disciplinar a exploração do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, a Constituição da República estabelece que

- a) a outorga e renovação da concessão, permissão e autorização para o serviço compete ao Congresso Nacional, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.
- b) a outorga e renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.
- c) o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão, dependendo de decisão judicial o cancelamento da concessão ou da permissão, antes de vencido o prazo.
- d) o Conselho de Comunicação Social, instituído pelo Poder Executivo, na forma da lei, funcionará como órgão auxiliar do Congresso Nacional, em suas atribuições relacionadas ao serviço.

DIREITO ELEITORAL

Questão 65

No que se refere às competências originária e privativa para processar e julgar ações junto aos tribunais eleitorais e à competência dos juízes eleitorais e das juntas eleitorais, assinale a opção correta.

- a) Em se tratando de disputa de competência para o julgamento de crime eleitoral praticado na divisa de dois municípios do mesmo estado, o conflito de jurisdição será processado e julgado originariamente pelo TSE.
- b) As competências das juntas eleitorais incluem a nomeação, em audiência pública, nos respectivos prazos legais, dos membros das mesas receptoras.
- c) As decisões dos TREs sobre ações que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente serão tomadas com a presença de todos os seus membros.
- d) As juntas eleitorais são órgãos de primeiro grau de jurisdição da justiça eleitoral, sendo seu presidente o único membro com garantia de inamovibilidade.
- e) A competência do TRE para julgamento de recurso interposto contra decisão proferida por juiz eleitoral do respectivo estado em mandado de segurança restringe-se à hipótese de denegação da ordem.

Questão 66

Tendo em vista o Registro de Candidatos e as previsões da Lei nº 9.504/97, assinale a alternativa correta:



- a) É vedado ao partido substituir candidato que for considerado inelegível após o termo final do prazo do registro.
- b) O registro de candidatos a governador, vice-governador, prefeito, vice-prefeito, vereadores e juiz de paz é feito no Tribunal Regional Eleitoral.
- c) A não concessão de registro de candidatura por inércia do candidato possibilita que o partido ou a coligação faça a sua devida inscrição em até trinta dias antes do pleito.
- d) As causas de inelegibilidade são aferidas no momento do pedido de registro da candidatura, sendo vedada a alteração da decisão por alterações fáticas ou jurídicas supervenientes.
- e) Para se candidatar a cargo eletivo, o militar que tiver menos de cinco anos de serviço deverá ser excluído do serviço ativo.

Questão 67

Assinale a opção correta acerca de prestação de contas dos gastos de campanha.

- a) A inobservância do prazo para a prestação de contas impede a diplomação dos eleitos, enquanto perdurar.
- b) O uso de alto-falantes e amplificadores de som nas campanhas eleitorais deve obedecer tão somente a restrições de localização: não pode ocorrer nas proximidades de hospitais, casas de saúde, escolas e igrejas, entre outros locais.
- c) Em decorrência do direito constitucional ao sigilo bancário, não se pode exigir que candidatos às eleições majoritárias apresentem extratos e cheques relativos à movimentação financeira dos gastos efetivados em prol de sua campanha.
- d) Se, ao final da campanha, ocorrer sobra de recursos financeiros, esta deverá ser utilizada na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e educação política.
- e) Caso esteja pendente processo judicial relativo às contas de candidato vitorioso, a documentação quanto a elas só poderá ser destruída depois de cento e oitenta dias da diplomação.

Questão 68

A ação de impugnação ao pedido de registro de candidatura

- a) Qualquer eleitor possui legitimidade ativa para ingressar com ação, desde que esteja em situação regular perante a justiça eleitoral.
- b) A competência para julgamento da ação é do Tribunal Regional Eleitoral, no caso de senador.
- c) Só podem propor a ação um partido político, uma coligação ou o Ministério Público.
- d) Será ajuizada no TSE quando a impugnação se referir a candidatura de deputado federal.
- e) Deverá ser proposta no prazo de cinco dias, contados a partir da publicação do pedido de registro do candidato, sendo mantida a prerrogativa do MP à intimação pessoal.

Questão 69



Sobre os recursos eleitorais, assinale a alternativa correta:

- a) A apelação criminal eleitoral deverá ser recebida no efeito suspensivo quando a sentença for absolutória e o réu estiver preso preventivamente.
- b) Caberá recurso das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente quando estas divergirem da interpretação de lei de um tribunal eleitoral e de um Tribunal Regional Federal.
- c) O recurso deverá ser interposto no quinto dia da publicação do ato, da resolução ou do despacho.
- d) Dentre as hipóteses de cabimento do recurso inominado, previstas no Código Eleitoral, tendo por destinatário o TRE, não se inserem os atos e as resoluções emanadas dos juízes e das juntas eleitorais em primeiro grau de jurisdição.
- e) Cabe recurso contra a expedição do diploma no caso de erro de fato quanto à determinação do quociente eleitoral.

Questão 70

Assinale a opção correta no que diz respeito a crimes eleitorais.

- a) O foro especial por prerrogativa da função aplica-se a ex-prefeito acusado da prática de crime eleitoral.
- b) Aplicam-se aos crimes eleitorais praticados por meio da imprensa, do rádio ou da televisão a disciplina do CP e das leis penais extravagantes.
- c) A corrupção eleitoral é considerada crime formal que independe de consumação.
- d) O crime eleitoral caracteriza-se como crime de responsabilidade ou crime comum, conforme o autor da infração esteja ou não exercendo mandato eletivo.
- e) Para a tipificação da captação ilícita de sufrágio, nome técnico da compra de voto, exige-se que a oferta do bem ao eleitor seja feita diretamente pelo candidato.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 71

No que se refere à remuneração dos servidores públicos e seu trato jurisprudencial, julgue os itens que se seguem:

- I. É pacífico na jurisprudência que a omissão de lei que eleva gratificação de uma categoria de servidores públicos em tudo semelhante a outra categoria que não é contemplada com esta elevação de valor pode ser corrigida judicialmente.
- II. Ainda que se deva a erro administrativo operacional é devida a restituição pelos servidores públicos de valores recebidos de boa-fé, neste caso, porém, não se cobrarão multas.



III. É entendimento do STJ que o pagamento do adicional de penosidade para os servidores públicos federais depende de regulamentação pelo poder executivo.

São incorretos os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) Apenas o item III.
- e) Todos os itens.

Questão 72

No que se refere ao trato da prescrição nas relações jurídicas do direito administrativo, julgue os itens que se seguem:

- I. O direito de haver indenização por desapropriação indireta prescreve em cinco anos como é pacífico na doutrina e na jurisprudência.
- II. Quando o direito de haver prestações decorrentes de um direito adquirido não seja exercido por mais de 05 (cinco) anos, ainda que não haja qualquer pronunciamento da Administração em relação a este direito, o fato de não exercê-lo implicará, dentro do postulado da boa-fé objetiva, *supressio*.
- III. Não há previsão legal da possibilidade de prescrição intercorrente no que se refere às pretensões sustentadas por particulares em face da fazenda pública.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) III.
- e) Nenhuma das assertivas.

Questão 73

Considere a seguinte situação hipotética.

Recebida a inicial de ação de improbidade administrativa, a parte ré apresenta agravo de instrumento com pedido de anulação da decisão por vício na fundamentação, que, segundo alegado, genérica, não demonstrara concretamente os indicativos da prática de ato de improbidade imputados na inicial.

A propósito, considerada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque a assertiva correta.

- a) Pode o tribunal, no julgamento do agravo, reconhecer o vício na fundamentação e supri-lo, veiculando os indicativos concretos já vertidos aos autos da prática de improbidade.



- b) É absolutamente descabido agravo de instrumento contra decisão que se limita a receber a inicial de ação de improbidade.
- c) Não se aplica a teoria da causa madura ao julgamento do agravo de instrumento.
- d) Deve o tribunal, reconhecendo o vício de fundamentação, devolver os autos ao juízo originário, ainda que os elementos de prova necessários à emissão de fundamentação idônea já constem dos autos.
- e) Pode o tribunal, no julgamento do agravo, reconhecer o vício na fundamentação e supri-lo, veiculando os indicativos concretos, ainda que não vertidos aos autos, da prática de improbidade.

Questão 74

A respeito da administração pública, assinale a opção correta.

- a) O poder regulador insere-se no conceito formal de administração pública.
- b) A jurisprudência e a doutrina majoritária admitem a coisa julgada administrativa, o que impede a reapreciação administrativa da matéria decidida, mesmo na hipótese de ilegalidade.
- c) O princípio do processo judicial que veda a reformatio in pejus não se aplica ao processo administrativo.
- d) O poder normativo, no âmbito da administração pública, é privativo do chefe do Poder Executivo.
- e) Conforme entendimento do STF, o poder de polícia pode ser exercido pela iniciativa privada.

Questão 75

Acerca da servidão administrativa, assinale a opção correta.

- a) A servidão administrativa, de natureza de direito real e de definitividade, incide sobre bem imóvel e dela decorre o direito à indenização prévia e incondicionada ao proprietário do bem.
- b) Sendo permanente, a servidão administrativa jamais será extinta, ainda que a propriedade seja incorporada ao patrimônio da pessoa em favor da qual foi instituída.
- c) A servidão administrativa, direito real público que autoriza o poder público a usar a propriedade imóvel para a execução de obras e serviços de interesse coletivo, pode incidir tanto sobre bem privado quanto público.
- d) Sendo o decreto expedido para constituir a servidão administrativa revestido de publicidade, é desnecessária a inscrição no registro de imóveis para a produção de efeitos *erga omnes*.
- e) Ainda que não haja dano efetivo ou prejuízos causados ao imóvel serviente, será devida a indenização, uma vez que a limitação do direito decorrente da servidão, por si, gera dano abstrato.



Questão 76

Acerca do controle jurisdicional dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) As ações judiciais de controle dos atos da administração pública não podem ser manejadas se a lesão a interesse particular for apenas potencial e não efetiva.
- b) Caso um particular a quem a administração pública tenha negado pedido de acesso a informação de interesse coletivo impetire *habeas data* para pedir que a justiça lhe garanta essa informação, o juiz que receber a causa deverá admitir a ação e decidir em favor do autor.
- c) Nos termos da jurisprudência do STF, para ser admitida pelo juiz, a ação popular não precisa comprovar a ilegalidade e a lesividade do ato administrativo que constitua seu objeto, uma vez que essa comprovação é pressuposto elementar da procedência da ação popular e da consequente condenação dos responsáveis ao ressarcimento ao erário.
- d) Deve ser considerada inadmissível uma ACP ajuizada por sociedade de economia mista contra ato administrativo supostamente lesivo ao meio ambiente, uma vez que essa espécie de sociedade carece de legitimidade para a propositura desse tipo de ação.
- e) Situação hipotética: Ricardo participou de concurso público em que concorreu a vaga destinada a pessoa com deficiência, mas foi eliminado por laudo pericial da administração pública que alegava ausência de deficiência. Inconformado, ele impetrou mandado de segurança contra a decisão, juntando aos autos laudo pericial particular que contradizia o laudo da administração. Assertiva: Nessa situação, foi adequada a impetração do mandado de segurança, e o juiz deverá designar perito para a realização de avaliação judicial definitiva.

Questão 77

Conforme a doutrina, os atributos do ato administrativo são

- a) discricionariedade e vinculação.
- b) presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- c) poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia.
- d) sujeito capaz, objeto lícito e possível e forma prescrita ou não defesa em lei.
- e) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

Questão 78

No que se refere aos poderes administrativos e suas manifestações, assinale a opção correta.

- a) Decreto com características de ato autônomo abstrato expedido, a pretexto de regulamentação do direito de reunião, pelo Poder Executivo poderá ser questionado por meio de ADI.
- b) Conforme a jurisprudência do STF, o decreto autônomo que extinguir cargos e funções públicas vagos violará o princípio da reserva legal.



- c) Com base no poder hierárquico, a administração pública poderá apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- d) No âmbito da administração pública, a imposição de sanções a particulares ocorre mediante o exercício do poder disciplinar.
- e) O exercício do poder regulatório é atividade administrativa exclusiva das agências reguladoras.

Questão 79

Sobre os bens públicos, marque a alternativa CORRETA.

- a) Admite o Código Civil, expressamente, que, em determinadas situações, bens de pessoas jurídicas de direito privado sejam qualificados como bens públicos.
- b) A doutrina, de forma uníssona, é refratária à qualificação como bem público de bem integrado ao patrimônio de pessoa jurídica de direito privado.
- c) Para o STJ, é imprescindível, para que determinado bem se qualifique como bem público, que seu proprietário seja pessoa jurídica de direito público.
- d) Sendo a pessoa jurídica de direito privado, porém integrante da administração indireta, todos os seus bens, por força de sua qualidade subjetiva, qualificam-se como bens públicos.
- e) Bens de empresa pública, em determinadas situações, podem ser tidos por imunes à aquisição por usucapião.

Questão 80

Em relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- a) Em face da prolação de sentença penal com equívoco do juiz, o ordenamento jurídico não permite a reparação dos eventuais prejuízos em ação contra o Estado, mas tão somente contra o próprio magistrado.
- b) A teoria da responsabilidade civil objetiva do Estado deve ser aplicada de modo absoluto, não sendo admitida hipótese de exclusão nem de abrandamento.
- c) Mediante expressa determinação legal, o Estado poderá responder civilmente por danos causados a terceiros, ainda que sua atuação tenha ocorrido de modo regular e conforme com o direito.
- d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, os atos jurisdicionais típicos no âmbito cível ensejam a responsabilidade objetiva do Estado.
- e) Na hipótese de conduta omissiva do Estado, incide a responsabilidade objetiva, bastando a comprovação do nexo causal entre a omissão e o prejuízo causado ao particular.

DIREITO AMBIENTAL

Questão 81



Joselindo, proprietário da fazenda Baobá, é réu em ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público da Bahia, objetivando a recomposição da vegetação em área de preservação permanente, mesmo não tendo sido ele o responsável pelo desmatamento. Neste caso, a propositura da ação baseia-se, especificamente, no princípio

- a) do poluidor pagador
- b) do desenvolvimento sustentável
- c) da precaução
- d) da função socioambiental da propriedade
- e) da taxatividade

Questão 82

A poluição visual é um dos problemas que constituem uma preocupação das sociedades atuais. Assim, o legislador constituinte brasileiro determinou que:

- a) os Estados-membros podem suplementar a legislação federal no que couber para adotar parâmetros mais restritivos em matéria de poluição sonora.
- b) cabe à União estabelecer normas gerais sobre poluição sonora e, tanto os Estados e Distrito Federal como os Municípios podem complementar essa legislação com base em sua competência legislativa concorrente.
- c) os Municípios podem legislar sobre poluição sonora com fundamento em sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local e, assim, podem adotar legislação que permita níveis mais altos de som para atividades econômicas consideradas fundamentais para o próprio desenvolvimento do Município.
- d) os Estados-membros têm competência legislativa residual ou remanescente em matéria de poluição sonora.
- e) a União tem competência legislativa exclusiva em matéria de controle da poluição sonora e assim estabelece critérios e padrões nacionais específicos para aeronaves, veículos automotores, bares e demais atividades que provocam ruídos, como também equipamentos industriais e domésticos.

Questão 83

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) trouxe uma série de instrumentos voltados à preservação do meio ambiente. Nesse sentido assinale a opção correta.

- a) O licenciamento ambiental é exigido tanto para atividades efetivamente poluidoras como para aquelas que apenas potencialmente o são, sendo a realização de estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA) uma de suas etapas obrigatórias.
- b) O tombamento, instrumento da PNMA, destina-se especificamente à proteção do meio ambiente cultural
- c) Os espaços territoriais especialmente protegidos não integram o rol de instrumentos da PNMA, pois são regulados em lei própria



- d) A servidão ambiental é um instrumento social da PNMA
- e) O zoneamento ambiental, que consiste em limitação do uso do solo, atende ao princípio segundo o qual a propriedade deve cumprir sua função social e configura aspecto do exercício do poder de polícia

Questão 84

Sobre o compromisso decorrente do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental – TAC Ambiental – às exigências legais, firmado entre os órgãos públicos legitimados para propositura da ação civil pública e interessados, é correto afirmar que

- a) tem eficácia de título executivo judicial
- b) pode prever cominações em caso de não cumprimento.
- c) o termo de ajustamento não pode ser aperfeiçoado antes do ajuizamento da ação.
- d) ajustamento significa transigência no cumprimento das obrigações legais.
- e) a assinatura do TAC Ambiental afasta a tipicidade penal da conduta.

Questão 85

De acordo com a legislação florestal em vigor, todo imóvel rural, quando localizado na Amazônia Legal, deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, nos percentuais mínimos de:

- a) 85% (oitenta e cinco por cento), no imóvel situado em área de florestas e 30% (trinta por cento), no imóvel situado em área de cerrado.
- b) 60% (sessenta por cento), no imóvel situado em área de florestas e 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado.
- c) 50% (cinquenta por cento), no imóvel situado em área de florestas e 75% (setenta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado.
- d) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas e 30% (trinta por cento), no imóvel situado em área de campos gerais.
- e) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas e 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 86

Um município notificou determinada instituição educacional, com fins lucrativos, a pagar IPTU referente a fato gerador ocorrido em 2016, em razão da propriedade de um terreno localizado no centro da cidade, o qual é utilizado como estacionamento pago. O fisco municipal cobrou da entidade, além dos juros e correção monetária, multa moratória no percentual de 20% sobre o valor principal. Em 2017, foi publicada a Lei Municipal



12.549/2017, que reduziu a multa moratória para 10% sobre o valor do débito. Na época da edição da nova lei, o processo administrativo fiscal ainda tramitava, porque a instituição recorreu da decisão que manteve o Auto de Infração. Com base nas informações acima e na legislação vigente, é correto afirmar que:

- a) Aplica-se ao caso uma hipótese de imunidade tributária, razão pela qual inexistente relação jurídica que obrigue a entidade educacional a pagar os valores cobrados pela municipalidade.
- b) É vedada a cobrança dos juros e da multa de 20% cumulativamente, pela ocorrência do bis in idem.
- c) A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 20%, prevista na legislação vigente à época do fato gerador.
- d) A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 10%, prevista na Lei Municipal 12.549/2017.
- e) A entidade educacional deve pagar o valor da obrigação principal acrescido de multa no percentual de 10%, sendo ilegal a exigência de juros moratórios.

Questão 87

De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) Constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b) Incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público
- c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS e ISSQN.
- d) O ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

Questão 88

Sobre o ICMS, assinale a alternativa correta:

- a) O Senado pode fixar alíquotas máximas nas operações internas, desde que a resolução seja aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- b) É facultado ao Senado estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- c) A isenção ou não incidência implica crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes, ainda que a lei estadual disponha em sentido contrário.
- d) A isenção parcial não acarreta a anulação proporcional de crédito relativo às operações anteriores.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Questão 89



De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) O IPVA pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.
- b) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.
- c) Mesmo após a Emenda Constitucional 33/2001, é inconstitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedique habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços.
- d) O ICMS incide na operação de arrendamento mercantil internacional, mesmo quando não configurada a transferência da titularidade do bem.
- e) O ICMS compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.

Questão 90

João, que era domiciliado na Bahia, faleceu em 2017, deixando para suas herdeiras, Ana e Maria, domiciliadas no Rio Grande do Sul, dois imóveis, um localizado em Salvador e o outro localizado em São Paulo, além de dois veículos automotores. O inventário foi aberto um mês depois, e tramita na comarca de Salvador. Nesse caso, o ITCMD deve ser recolhido:

- a) Unicamente para o Estado da Bahia.
- b) Para os Estados de São Paulo e da Bahia, em partes iguais.
- c) Para o Estado do Rio Grande do Sul.
- d) Para os Estados da Bahia e de São Paulo, com relação a cada um dos imóveis localizados na respectiva unidade federativa, e para o Estado do Rio Grande do Sul, quanto aos veículos.
- e) Para o Estado de São Paulo, com relação ao bem imóvel localizado naquela entidade federativa, e para o Estado da Bahia, com relação aos demais bens indicados.

Questão 91

De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) É constitucional a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no que estabeleceu a possibilidade de previsão legal de alíquotas progressivas para o IPTU de acordo com o valor do imóvel.
- b) É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.
- d) Incide o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.



Questão 92

Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.
- b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, mesmo quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é inconstitucional a cobrança do IPTU pelo Município.
- c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- d) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- e) A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.

Questão 93

A empresa X informou ao fisco estadual que o total de ICMS devido pelos fatos geradores ocorridos em março de 2012 foi de R\$ 50.000,00. Por passar por dificuldades financeiras, a pessoa jurídica recolheu apenas a quantia de R\$ 25.000,00 em abril de 2012, data do vencimento da obrigação. Em dezembro de 2017, no entanto, o fisco estadual verificou que a quantia devida era de R\$ 60.000,00, e não de R\$ 50.000,00 como havia sido declarado, razão pela qual notificou a pessoa jurídica do lançamento suplementar de R\$ 10.000,00. Apesar da omissão, não se constatou dolo, fraude ou simulação do contribuinte, que optou por não impugnar o lançamento efetuado. Em janeiro de 2018, o Estado ingressou com ação de execução fiscal cobrando R\$ 35.000,00, sendo R\$ 25.000,00 da quantia declarada, mas não paga, e R\$ 10.000,00 da quantia lançada posteriormente. Diante desse quadro, é certo que:

- a) Ocorreu a decadência com relação aos R\$ 10.000,00 e a prescrição no que tange aos R\$ 25.000,00.
- b) Ocorreu a decadência no que tange aos R\$ 25.000,00 e a prescrição com relação aos R\$ 10.000,00.
- c) Ocorreu a prescrição da totalidade dos valores cobrados.
- d) Ocorreu a decadência da totalidade dos valores cobrados.
- e) Não ocorreu a prescrição e tampouco a decadência.



DIREITO EMPRESARIAL

Questão 94

A respeito do sócio, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se aplica o Código de Defesa do Consumidor às relações entre sócios ou entre eles e a sociedade;
- b) A integralização consiste na promessa, ao passo que a subscrição é a efetiva transferência do patrimônio particular do sócio para o patrimônio social;
- c) O sócio remisso é aquele que não integraliza a importância, o bem ou presta o serviço que subscreveu à sociedade;
- d) Faculta-se aos companheiros contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham constituído união estável no regime da comunhão universal de bens ou no da separação obrigatória;
- e) O sócio de serviço não é admitido na sociedade simples.

Questão 95

No que tange à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Entre outras terminologias para se referir à desconsideração da personalidade jurídica, a doutrina aponta: teoria da superação da personalidade jurídica, teoria do assassinato temporário da proteção patrimonial, doutrina da penetração, disregard doctrine, disregard of legal entity, teoria da desconstrução discricionária progressiva, lifting the corporate veil doctrine, piercing the veil;
- b) Ao contrário da Teoria Maior, a Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica não autoriza a responsabilização do administrador não-sócio;
- c) Excepcionalmente, é cabível a desconsideração da personalidade jurídica do empresário individual enquadrado como Microempresa;
- d) A desconsideração da personalidade jurídica não pode atingir associações;
- e) Havendo desconsideração da personalidade jurídica de uma sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio atingido limita-se à sua quota social integralizada.

Questão 96

A respeito das ações ut singuli e ut universi previstas no art. 159 da Lei nº 6.404/76, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A ação ut universi tem como legitimada ativa a própria sociedade anônima, previamente autorizada pela assembleia-geral;
- b) A ut universi é ajuizada pela companhia contra seus administradores com o fim de obter ressarcimento de prejuízo causado ao patrimônio do acionista;



- c) O art. 159 da Lei nº 6.404/76 congrega apenas duas ações (ação uti universi e ação uti singuli), já que a Lei de Sociedades por Ações não aceita demanda ajuizada diretamente pelo acionista contra o administrador;
- d) Nos danos causados diretamente à sociedade anônima, são cabíveis as ações sociais ut universi, mas não ut singuli;
- e) Se a assembleia deliberar não promover a ação ut universi, poderá a ação ut singuli ser proposta por acionistas que representem 50% (cinquenta por cento), pelo menos, do capital social.

Questão 97

Em relação aos títulos de crédito atípicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Apesar de existir divergência doutrinária, prevalece a possibilidade de criação de títulos de crédito atípicos (inominados);
- b) Há divergência, mas parte da doutrina entende que aos títulos de crédito atípicos (inominados) aplicar-se-ia as disposições sobre títulos de crédito previstas no Código Civil;
- c) Títulos atípicos ou inominados são os que não se encontram disciplinados em nenhuma lei específica;
- d) Um exemplo de título atípico usado no País é o chamado FICA, ou vaca-papel;
- e) Os títulos de crédito atípicos (inominados) são também títulos executivos extrajudiciais.

Questão 98

No que tange ao Direito Falimentar e Recuperacional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A novação decorrente da aprovação do plano de recuperação judicial possui o mesmo regime jurídico da novação civil;
- b) À falência requerida antes, mas decretada após a vigência da Lei nº 11.101/05, aplica-se somente as normas desse mencionado diploma em razão do princípio do tempus regit actum;
- c) O magistrado deve exercer o controle de legalidade do plano de recuperação - no que se insere o repúdio à fraude e ao abuso de direito -, mas não o controle de sua viabilidade econômica;
- d) A sentença que decreta a falência tem natureza jurídica apenas declaratória segundo a doutrina majoritária;
- e) A decretação de falência implica a imediata extinção da personalidade jurídica da sociedade empresária.

Questão 99

No que tange à disciplina dos contratos bancários e aos títulos de crédito, aponte a alternativa CORRETA.

- a) O contrato de mútuo bancário e o de abertura de crédito fixo não constituem título executivo extrajudicial;



- b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, indica abusividade contratual;
- c) É válido o contrato celebrado em moeda estrangeira, mas se veda a conversão em moeda nacional no momento do pagamento;
- d) A legislação sobre cédulas de crédito rural admite o pacto de capitalização de juros em periodicidade inferior à semestral;
- e) A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao décuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

Questão 100

Quanto ao empresário individual, aponte a alternativa INCORRETA.

- a) As obrigações básicas do empresário são registrar-se na Junta Comercial antes de dar início à exploração de sua atividade; manter escrituração regular de seus negócios e levantar demonstrações contábeis periódicas;
- b) O empresário casado não pode, sem outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real;
- c) Se estiver irregular, o empresário individual não pode ter seus livros autenticados na Junta Comercial;
- d) Como não exerce a atividade econômica em nome próprio nem assume o risco do negócio, o empregado não é considerado empresário;
- e) Em razão do CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o empresário individual possui personalidade jurídica.